

CONTRADIÇÕES E POSSIBILIDADES DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO MUNDO DAS MERCADORIAS

AUTORES

Sonia Aparecida Nogueira

Universidade Federal Fluminense (RJ)
Programa de Pós-Graduação em Educação

Ronaldo Rosas Reis

Universidade Federal Fluminense (RJ)
Programa de Pós-Graduação em Educação

EIXO TEMÁTICO GT8

Cultura, capitalismo e socialismo

MESA REDONDA/COMUNICAÇÃO

RESUMO

A comunicação se baseia em um capítulo da pesquisa de doutoramento que ora desenvolvemos no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF inserida no âmbito da pesquisa Trabalho, Arte e Educação no Brasil. Seu objeto de estudo e temática é a formação propedêutica e técnico-profissional em ofícios voltados para a conservação e a restauração de bens culturais. Tendo a perspectiva epistemológica do materialismo histórico e da dialética da totalidade como referencial teórico-metodológico, a pesquisa configura-se como de natureza exploratória, teórica, bibliográfica, e documental, com o objetivo de analisar a necessidade, as contradições, e os desafios atuais colocados para a teoria, políticas e práticas da preservação do patrimônio histórico e artístico. Desde uma historicização do conceito de *patrimônio cultural*, inserido nas contradições do sistema do capital e da sociabilidade burguesa, se pretende neste artigo estabelecer aproximações do mesmo com o conceito de *mercadoria* como é tratado pela teoria crítica marxiana, apontando tanto para as tensões existentes como para a possibilidade de sua contribuição para a emancipação humana.

Introdução

A compreensão da realidade concreta através dos artefatos concebidos como testemunho e identidade de grupos sociais locais, das nações, e da humanidade em termos globais em sua evolução no tempo e no espaço, pressupõe uma relação dialética entre memória, história, ciência e cultura. Analisar o surgimento do conceito, consolidação de uma mentalidade e institucionalização do patrimônio cultural, como se deu no contexto da civilização ocidental moderna, significa destacar determinados questionamentos e pontos para reflexão inseridos nessa totalidade. Tal é a proposta dessa pesquisa, no sentido inclusive de alcançar os novos problemas colocados na contemporaneidade e atual estágio do sistema capitalista.

A partir de sua historicidade e de uma revisão bibliográfica e teórica, pretende-se verificar as possibilidades reais do patrimônio cultural para a emancipação humana, na contracorrente da abordagem fenomenológica dominante nessa área de conhecimento e

práticas, e nos termos em que as aproximações com a crítica da economia política possibilitam.

As coisas e os homens

Uma das dimensões da realidade concreta e das relações entre o tempo e o espaço construído pela sociedade humana, diz respeito ao *mundo das coisas*¹, produto da objetivação humana, fruto da interação cognitiva, transformação e apropriação da natureza pelo *Homo sapiens*, e na posterior luta pela sobrevivência do *Homo faber*. Potencial humano resultante do desenvolvimento do cérebro, da formação dos cinco sentidos, e das formas de articulação e anatomia das mãos, como conexão originária de todas as formas de artefatos, assim como a linguagem articulada².

Tal humanização da natureza é exaustivamente observada por Karl Marx em *O Capital*, como nessa passagem:

Animais e as plantas que costumamos considerar produtos da natureza são, possivelmente, não só produtos do trabalho do ano anterior, mas, em sua forma atual, produtos de uma transformação continuada, através de muitas gerações, realizada sob controle do homem e pelo seu trabalho. No tocante aos meios de trabalho, a observação mais superficial descobre, na grande maioria deles, os vestígios do trabalho de épocas passadas.³

Conforme expõe Josep Ballart, o termo habitual na fala corrente, *coisa* se confunde ou se complementa a outros conceitos chave associados a valores de civilização, tais como *objeto*, *artefato* e *cultura material*. Em sua acepção imediata e material, *objeto* é qualquer coisa que se configure como presença sensível aos sentidos, possui três dimensões e não pode estar ao mesmo tempo em dois lugares distintos. O uso do termo *artefato* no sentido literal de objeto material se especifica a partir de sua contribuição para a compreensão e interpretação de uma realidade sócio-histórica⁴.

¹ De acordo com Koogan & Houaiss, *Enciclopédia e Dicionário Ilustrado*. Rio de Janeiro: Edições Delta, 1998, *coisa* é tudo que existe; todo ser inanimado, animado, real ou aparente; objeto suscetível à apropriação, propriedade; coisa em si, realidade absoluta.

² Com respeito a uma linha do tempo da evolução de hominídeos, com base em evidências fósseis, e nos âmbitos e aproximações entre arqueologia, paleontologia, antropologia e neurobiologia, existe um consenso sobre o surgimento do *Homo sapiens*, há mais de 6 milhões de anos atrás, sendo que o mesmo não resultaria de uma transformação única e linear entre espécies, e sim de uma evolução multifacetada, passando pelo *Homo habilis* e o *Homo erectus*. Com variações de estatura e conformidade do cérebro, na luta integral pela sobrevivência, muitas espécies foram se extinguindo, antes das ferramentas, do fogo e da linguagem. Sobre essa abordagem ver, Chip Walter. *Polegares e Lágrimas*. São Paulo: Editora Record, 2009. Tradução: Ryta Vinagre. Especificamente no âmbito da antropologia ver, José Reginaldo Santos Gonçalves. *Antropologia dos objetos*. Brasília:Ministério da Cultura/IPHAN, 2007.

³ Karl Marx. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.215.

⁴ Josep Ballart. *El Patrimônio Histórico y Yarqueológico: valor y uso*. Barcelona: Editora Ariel, 2006.

Não obstante, os objetos que interessam nessa pesquisa referem-se aos que, no contexto da civilização ocidental moderna, lhes foram atribuídos a função social de *bem cultural*. Do ponto de vista filosófico, antropológico, e arqueológico, essa acumulação incessante de objetos criados no passado que chegam ao presente torna-se um imenso campo de estudos, ao qual se passou a agregar a dimensão cultural.

Uma vertente de pesquisa nas ciências humanas reconhece a história como o campo privilegiado nesse trato das coisas, caso se conceba que a história do próprio homem não pode desconsiderar a história das coisas ao seu redor – dos utensílios mais banais aos monumentos erguidos. Tal é a defesa de Francisco L. Ramos, segundo o qual não somente os artefatos eleitos para compor os acervos de museus ou os sítios históricos, mas a materialidade de todas as coisas contém história. Seguindo essa concepção, assim como a leitura das palavras e interpretação da história através dos livros e documentos, pode-se fazê-lo também através de um tratamento dos outros objetos produzidos pelo homem, como fontes de conhecimento e reflexão. Trata-se, por extensão, da defesa da historicidade *dos* objetos, como pressuposto de estudos para a história *nos* objetos, conforme estes sejam manuseados cognitivamente e cientificamente, enquanto testemunhos de contextos sócio-históricos e culturais⁵.

O estudo da cultura material surge nas ciências humanas, constituindo-se principalmente da pesquisa histórica de vestígios do passado resultante da formação, avanços e intercâmbios entre antropologia, da arqueologia e da etnografia no decorrer do século XIX, seguido da influência exercida pelo materialismo histórico, ou seja, a observação do caráter social dos objetos inseridos no tempo histórico, no espaço construído e no modo de produção das sociedades. Em síntese, a cultura material refere-se às infra-estruturas, aos aspectos e produtos não simbólicos das atividades produtivas, às técnicas, às artes, à religião, ao direito, aos graus de parentesco, e ao próprio corpo humano, no sentido de possibilidades de reconstituição do quadro geral de uma cultura, um grupo ou de uma civilização⁶.

Tendo em consideração a heterogeneidade, flexibilidade e interdisciplinaridade implicadas no uso da noção de cultura material, essa pesquisa adota como referência a Teoria Crítica marxista, na defesa das possibilidades que o materialismo histórico

⁵ Francisco Lopes Ramos. *A danação do objeto*. Chapecó: Argos, 2004.

⁶ Ver BUCAILLE, Richard. PESEZ, Jean-Marie. Homo-Domesticação-Cultura Material. In: *Enciclopédia Einaudi*, 1989, vol.16, pp.11-47. Disponível em: http://jmir3.no.sapo.pt/Ebook2/Cultura.Material_Einaudi.pdf. Acesso em 15.nov.2011.

oferece em relação a estudos do substrato material do modo de produção desenvolvido pelo homem, nas condições históricas, técnicas, econômicas, culturais e sociais da sociedade dividida em classes sociais e produtora de mercadorias, baseada na propriedade privada dos meios de produção.

Memória e cultura material

David Lowenthal ressalta o quanto a história progrediu graças à memória social⁷ e aos artefatos. Mecanismos e recursos mnemônicos comuns a culturas de tradição oral facilitaram a memorização de uma vasta quantidade de dados. Já a mente moderna, treinada pelos livros, tornou aquelas “artes da memória” desnecessárias. A fisiologia limita a capacidade da memória, mas o potencial para o conhecimento da história, e da humanidade em inventar recursos e suportes cada vez mais sofisticados, é ilimitado. Fontes empíricas escolhidas pelos diversos atores sociais, reexaminadas de tempos em tempos quanto à sua exatidão, vêm sintetizando relatos e interpretando vestígios do passado desde os registros da pré-história. Dentre as fontes tangíveis do passado, as fontes finitas, do legado material da natureza e das culturas, surgem as *reliquias*. Fragmentos físicos abrangendo não só ruínas que requerem atribuições de valor e análises para além da mera percepção dos sentidos, pois a simples forma e matéria não falam por si⁸.

De outro ponto de vista, no entendimento da cultura material compreendendo todo um universo físico de elementos apropriados socialmente, Ulpiano B. de Meneses ressalta um certo desinteresse da pesquisa histórica, nas ciências sociais, em relação à cultura material como fonte de conhecimento histórico e suporte de memória, dentre outros seus atributos. Segundo o autor, a bibliografia contemporânea sobre memória tem investido ainda de forma tímida no papel dos artefatos investidos do caráter documental e cognitivo⁹.

⁷ Cujos suportes foram diversos, da pedra ao barro, do papiro egípcio e do pergaminho ao papel confeccionado inicialmente com cânhamo e algodão, chegando às fibras de celulose da madeira no início do século XIX. Apesar do surgimento de novas tecnologias de registro e armazenamento documental, desde a segunda metade do século XX, o papel ainda continua sendo o suporte mais usado, possivelmente pela facilidade de uso e manuseio. Na era da tecnologia digital, a preocupação dos profissionais da conservação de acervos documentais diz respeito à expectativa de “vida” desses novos suportes de informação.

⁸ David Lowenthal. Como conhecemos o passado. In: *Projeto História: trabalhos da memória*. São Paulo: PUC-SP, nov.1998, pp. 63-201. Tradução: Lúcia Haddad.

⁹ Ulpiano T. Bezerra de Meneses. Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público. In: *Revista Estudos Históricos*. Vol.11, Nº 21. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Do predomínio das palavras sobre as coisas, desde a invenção da escrita, decorrem algumas reflexões que se pretende aqui explorar quanto às aproximações entre objeto histórico e documento histórico, tais como a questão da autenticidade, do novo valor de uso dos artefatos excluídos de suas finalidades e circuitos originais, a formação, institucionalização e preservação de acervos e coleções, as correlações entre propriedade privada e pública, a construção social e epistemológica e, inclusive, ideológica, dos objetos *escolhidos* como patrimônio histórico e cultural.

O conceito de patrimônio cultural

O estatuto do *patrimônio*¹⁰ aparece universalmente quando, no transcurso de gerações, um indivíduo ou um grupo de indivíduos identifica como *seus* um objeto ou conjunto de objetos. Para referir-se àquilo que se recebe do passado se utiliza o termo *herança*. Herança e patrimônio são noções estreitamente relacionadas. Em complementação à definição de patrimônio no sentido subjetivo e de direito de herança, identifica-se a concepção de *patrimônio cultural*¹¹, que adquiriu um estatuto jurídico a partir da aquisição de sentido à ligação das sociedades com seus *monumentos*, em última análise, entendidos tanto como suportes de memória e identidade coletivas, quanto como marcos na transmissão de conhecimento. Assim, no âmbito da cultura material, os artefatos produzidos socialmente, as obras de arte, os restos arqueológicos e monumentos históricos, passaram a ser utilizados pelos atores sociais, também, para construção de significados e conceitos¹².

Tratar da historicidade do conceito de patrimônio cultural requer localizá-lo imediatamente no âmbito da cultura no contexto das rupturas filosóficas, epistemológicas, e da formação das identidades nacionais burguesas do final do século XVIII, e, por extensão, na dimensão ética e política na era moderna, da chamada

¹⁰ Palavra de origem latina – *patrimonium* – desde os romanos significava tudo o que pertence ao pai – *pater familias*. Entendendo que *família*, sob o domínio do senhor, compreendia tudo que estava: mulher, filhos, escravos, bens móveis e imóveis, e os animais. Nesse momento a noção de patrimônio estava intimamente ligada aos valores aristocráticos e privados referentes à transmissão de bens na esfera da elite patriarcal romana. A partir da difusão do Cristianismo e, especialmente na Idade Média, a esse caráter aristocrático do patrimônio somou-se o religioso – o simbólico e coletivo.

¹¹ De forma esquemática considera-se formado por bens intangíveis: costumes, crenças, ideias, tradição oral, folclore, manifestações artísticas locais, etc.; bens tangíveis móveis: objetos de arte, livros, documentos, fósseis, utensílios, etc.; e bens tangíveis imóveis: monumentos, edifícios, templos, sítios arqueológicos, etc..

¹² Sobre essa ideia ver, Pedro Paulo A Funari. Sandra de C.A. Pelegrini. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2006.

civilização ocidental¹³. E, somente a partir do Iluminismo o conceito de *bem cultural* é teoricamente delimitado, a partir de leis do Estado e da Igreja a respeito de tutela das coisas de interesse artístico e histórico e patrimônio comum¹⁴.

O culto moderno aos monumentos

Ao conceber um novo estatuto à Antiguidade, o século XIX desperta para a função cognitiva dos monumentos e documentos históricos, consoante aos progressos da história da arte e pesquisas no âmbito da estética. Com a Revolução Industrial, enquanto um processo de transformação irremediável à escala mundial, associada ao movimento do Romantismo, observa-se a aceleração de mecanismos concernentes à proteção de acervos e monumentos. Em síntese, a sistematização do conjunto de valores que a modernidade encarnou nos monumentos/documentos contribuiu para a formulação e aperfeiçoamento de princípios e critérios da preservação de bens culturais ao longo do século XX, como também para integrar a questão da institucionalização e proteção do patrimônio cultural aos debates no âmbito das relações entre ciência e arte.¹⁵

A idéia de *culto* no sentido em que o *valor de antigüidade* adquire na sociedade moderna foi criada e desenvolvida por Alois Riegl em sua pesquisa sobre o conceito de monumento na cultura ocidental, inovando a pesquisa sobre o problema da tutela do patrimônio histórico, enquanto testemunho histórico, elevando o nível da crítica histórico-artística¹⁶.

¹³ Um levantamento dos fatos e personalidades que contribuíram para a consolidação do conceito de patrimônio cultural pressupõe definir outro termo freqüentemente confundido com este – o *monumento histórico*. Que, por sua vez, deve ser distinguido em suas conexões com os termos *monumento* e *documento*. Monumento é qualquer obra intelectual ou material que, revestido de um determinado valor, passa a evocar o passado para a posteridade. Documento, em suas origens filológicas, é qualquer objeto ou fato que serve de testemunho. Ou seja, toda a produção intelectual da humanidade é documento, mas somente os valorizados por critérios pré-concebidos pelas sociedades são monumentos. Ver, Jacques Le Goff. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. Tradução: Bernardo Leitão.

¹⁴ Nesse contexto, as descobertas arqueológicas dos grandes sítios arqueológicos de Ercolano (1713), Paestum (1746) e Pompéia (1748) ampliaram decididamente a dimensão espaço-temporal da Antigüidade. O afluxo de artistas e estudiosos à Itália, em decorrência desses acontecimentos, contribuiu para colocar em segundo plano a conservação iconográfica abstrata dos antiquários, em favor de uma nova postura frente à materialidade própria dos objetos de arte e edifícios a serem conservados. Ver, Carlo Ceschi. *Teoria e Storia del Restauro*. Roma: Einaudi, 1977.

¹⁵ Digno porta-voz desse espírito romântico é John Ruskin (1819-1900), sociólogo, escritor e crítico de arte, que teve influência marcante no debate sobre o culto aos monumentos do passado, segundo uma visão poético-idealista. Rigoroso crítico, a partir dos anos 1850, das construções novas de sua época, já no espírito da era industrial, seu trabalho constituiu-se numa contribuição fundamental no processo de evolução do conceito do patrimônio histórico e da teoria do Restauro. Ver, John Ruskin. *A lâmpada da memória*. São Paulo: Ateliê Editorial: 2008. Tradução: Maria Lucia Bressan Pinheiro.

¹⁶ *Denkamalkultus* (O culto moderno aos monumentos), texto referente a uma conferência de Alois Riegl, publicada em 1903, que veio a se constituir no ensaio introdutório ao projeto de lei para a regulamentação

Para Henri-Pierre Jeudy o culto ao patrimônio, bem como a ânsia da conservação dos objetos do passado, pode ser interpretado como um mecanismo de proteção diante a uma ordem simbólica ameaçada. A crise do conceito de progresso esboçada no início do século XX determinou novas atitudes em relação ao passado, presente e futuro¹⁷. Segundo Françoise Choay o culto ao patrimônio histórico e artístico verificado desde a primeira metade do século XX não só permanece como vem se aperfeiçoando em seus objetivos e formas, ampliando sua área de difusão e de público, agregando, no estágio mais contemporâneo, a discussão do patrimônio cultural inserido nos meandros da indústria cultural e da espetacularização de tudo, como mais um produto a ser consumido¹⁸.

O patrimônio cultural no mundo das mercadorias

Com essa frase Marx inicia sua obra máxima, *O Capital* : “A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista, configura-se em uma imensa coleção de mercadorias”¹⁹. E o termo que alude melhor isso é a da *falsa aparência*, pois essa coleção de mercadorias objetivas, forma elementar da produção burguesa, é uma ilusão na medida em que, a despeito do planeta estar infestado de produtos, de coisas, de artefatos, tudo isso exclui imensa parcela da sociedade humana que os produziu. Nesse sentido, olhar para os objetos e considerá-los riqueza é o verdadeiro fetichismo da mercadoria. A verdadeira riqueza, que vem a ser a aparência objetiva, consiste da capacidade dos seres humanos de produzirem as coisas, no movimento real da sociedade. Em cada mercadoria há uma centelha de vida, ou seja, o trabalho aí investido. A razão porque as mercadorias têm a característica fantasmagórica, de que uma se espelha em todas as outras, ocorre porque todas são produzidas pelos homens. E o que movimenta as coisas é o *valor de troca*, fenômeno de natureza intrinsecamente humana²⁰.

da tutela do patrimônio histórico na Áustria. Ver, Alois Riegl. *Il culto moderno dei monumenti*. Bologna: Nuova Alfa Editoriale, 1990

¹⁷ Henri-Pierre Jeudy. *Memórias do Social*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1990. Tradução: Márcia Cavalcanti.

¹⁸ Notadamente, ao que se refere à inserção da questão do patrimônio cultural ao turismo a partir da década de 1980, governos do mundo inteiro passaram a explorar essa vertente, promovendo e controlando os chamados eventos culturais, dos quais passou a fazer parte também a fruição do patrimônio histórico. Ver, Françoise Choay. *L'allegoria del Patrimonio*. Roma: Officina Edizione, 1995.

¹⁹ Op. cit., p.57.

²⁰ Id., Ibid., pp.92-105. Ainda, sobre a natureza antropológica da *troca*: “Nenhum homem jamais viu um animal indicar a outro através de gestos e sons naturais: ‘Isto é meu, aquilo é seu; eu estou pronto a dar isto por aquilo.’” Adam Smith. *Der Wohlstand der Nationen. Eine Untersuchung seiner Natur und seiner*

Além da demonstração da mercadoria como a forma elementar da riqueza na sociedade capitalista em seu duplo caráter de valor de uso e de valor de troca, o valor enquanto produto da divisão social do trabalho, outra dimensão fundamental relacionada a esse processo diz respeito ao fenômeno da *reificação*. Trata-se da efetivação do objeto material como revestido de uma autonomia, uma existência independente, em relação aos seres humanos que os criaram, ao mesmo tempo que o sujeito se *coisifica*, ou seja, tem sua subjetividade dominada pelas coisas. Na dinâmica inerente ao modo de produção capitalista, os homens não se relacionam mais através do trabalho concreto, e sim mediados pelos produtos, ou seja, o *trabalho abstrato*. A reificação²¹, inseparável da produção de mercadorias, se origina do processo de divisão social do trabalho, no qual, “as relações sociais entre trabalhos privados aparecem de acordo com o que realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não como relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos”²².

Tendo em vista a essência da estrutura da mercadoria e seu domínio sobre todos os campos da vida material e imaterial, não surpreende observar que também o patrimônio cultural não está imune às contradições e domínios do sistema do capital. No entanto, deve-se ressaltar e analisar profundamente os paradoxos que se vislumbram nessa constatação, na medida em que essa condição instituída de patrimônio como bem público, baseada em princípios e critérios pré-estabelecidos, é determinada a *posteriori* dos respectivos usos originais, de qualquer ordem. Trata-se de um novo uso. Ao mesmo tempo, independente de haver se tornado patrimônio, protegido pelo poder público, um bem cultural pode ser absorvido pela dinâmica do consumo e entretenimento característico da indústria cultural. Como de fato acontece.

Desde que analisado na perspectiva da Teoria Crítica marxista, o conceito de patrimônio cultural pode, ou deve, inclusive, ser inserido na questão da luta de classes, na medida em que também se constitui como uma forma de apropriação e expropriação de práticas e objetos materiais. Apesar da legislação consagrada hoje, em todos os

Ursachen (A riqueza das nações. Uma investigação de natureza e suas causas), Munique: Finanzbuchverlang, 2006.

²¹ Categoria retomada por Georg Lukács, que aprofunda a análise da questão da mercadoria como fenômeno específico do capitalismo moderno, em comparação às sociedades primitivas, onde o valor de troca ainda não tem uma forma independente do valor de uso. Demonstra como a forma mercantil se reveste em forma de dominação no processo de desenvolvimento objetivo e subjetivo, da sociedade, em fragmentação do objeto e do sujeito. Nesse novo processo de divisão e especialização do trabalho, o ser social, o sujeito do processo de produção é incorporado com uma simples peça do sistema, a cujas leis é obrigado a se submeter. Ver, G. Lukács. *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

²² Id.,Ibid., p. 95.

níveis de governo e políticas culturais, atribuir como prerrogativa de qualquer cidadão, ou grupo social, solicitar que determinado bem seja considerado patrimônio local ou nacional, não é difícil demonstrar a influência do capital, também nesses assuntos. É mais um campo de lutas, entre diversos atores sociais, instituições do Estado, organizações civis, e o poder econômico, especialmente no embate entre os interesses do público e do privado.

Outro ponto que se coloca à reflexão vem a ser o caráter de resistência do qual o patrimônio cultural se reveste, na medida em que tenha se conformado concomitante ao desenvolvimento da sociedade capitalista, de contraposição à propriedade privada, embora não tenha sido inventada com esta intenção. Agregando-se o fato da característica eminentemente destrutiva da dinâmica do capital representar a maior ameaça a todo o patrimônio, e não somente o cultural.

No âmbito das ciências sociais, o enfoque do patrimônio cultural, tratado criticamente e atualizado nos estudos sobre a cultura material no modo de produção capitalista, chegando às graves questões colocadas em seu estágio contemporâneo, implica, necessariamente, refletir sobre sua real função social e sobre o valor de uso dos bens culturais, aproximando-o a categorias da crítica da economia política. Especialmente tendo em vista o paradoxo da convivência entre a demanda colocada mundialmente pela preservação de bens culturais e ambientais, e o caráter destrutivo da chamada civilização moderna, aparentemente tendo chegado já nos limites da barbárie.

Considerações Finais

O acúmulo gigantesco de fragmentos, materiais e imateriais, concebidos como objetos de investigação infinita das ciências humanas reforçam as combinações necessárias e possíveis entre memória, história e fragmentos. Da mesma forma, no âmbito da construção de uma teoria e institucionalização de práticas de conservação do patrimônio cultural da humanidade, a partir da atribuição de valor artístico, histórico e cognitivo aos vestígios culturais escolhidos socialmente, o que se pretende é recuperar o passado e preservá-lo ao máximo do esquecimento, construir conhecimento e transmiti-lo entre gerações.

Entretanto, a despeito da civilização moderna haver colocado a necessidade da invenção e proteção do patrimônio cultural, seu valor de uso não escapa às contradições da lógica do valor de troca inerente à sociedade produtora de mercadorias, do processo histórico de expansão do modo de produção capitalista. Paradoxalmente, por suas

características ‘intrínsecas’ e concebidas socialmente, o mesmo possui um potencial subversivo, a despeito das análises metafísicas e, na medida de suas possibilidades de uso como suportes da memória social, da qual a humanidade não pode abrir mão.

A defesa aqui diz respeito às possibilidades do método dialético do materialismo histórico apontar nesse potencial, inclusive, caminhos para a emancipação humana. O que pressupõe inseri-lo nas reflexões e análise da apropriação social do patrimônio cultural na sociedade de classes. Na medida em que o marxismo se propõe à tarefa transformadora da realidade, no sentido de uma teoria revolucionária mesmo, a análise do conceito e estatuto do patrimônio cultural sob a perspectiva da dialética do materialismo histórico significa conceber sua conservação e restauração, também, no sentido da transformação da realidade. Não no sentido de um passado congelado nos objetos e edificações produzidos pelo homem, esperando para serem descobertos e desvendados em suas constituições físicas e estéticas. E sim, que devam ser objetos de pesquisa e interpretação vistos dialeticamente nos contextos sócio-históricos, nas relações sociais, culturais e políticas que possibilitaram sua produção.